PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CONCURSO PÚBLICO – 2012

Cargo (Nível Médio):

PROVA TIPO 3

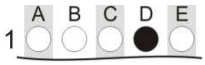
TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO

Prova de Português, Raciocínio Lógico, Fundamentos da Administração Pública e Conhecimentos Específicos.

MACEIÓ/2012

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém **70 (setenta)** questões objetivas com 5 (cinco) opções cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **03h30** (três horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **02h00** (duas horas) do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira o seu **nome**, o número do seu **documento de identificação** e o **cargo escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas**.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à opção escolhida, conforme modelo: 

9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas de questões objetivas**: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal de Sala** este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas objetivas** e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) Fiscal de Sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura** da **Ata de Encerramento** de provas.

Boa Prova!

Nº do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

FUNDEPES

Maceió/AL, 1º de abril de 2012.

COPEVE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Você confia no resultado!

Português

As questões de 1 a 3 referem-se ao texto seguinte.

O sistema de moda se utiliza dos formadores de opinião para inventar frívolos significados culturais, que ameaçam inclusive os valores mais nobres da natureza humana. Essa manipulação da emulação social só se tornou possível com a utilização da moda como instrumento essencial para tal, pois não havia outra maneira de os fabricantes afetarem tão diretamente as vaidades e ambições dos consumidores. Poucas pessoas percebem tudo isso, pois a sutileza é quase perfeita e a maioria das pessoas acaba achando tudo isso muito natural. Tudo o que essas medíocres personalidades exteriorizam se sacraliza perante uma cativa e ingênua audiência, sempre ávida por mais e mais lançamentos e conceitos... pobres incautos: encantados e explorados (www.remo.adm.br).

1. Considerando-se o sentido e as regras da norma culta, a opção em que o excerto "Poucas pessoas percebem tudo isso, pois a sutileza é quase perfeita" não apresenta desvio é

A) Poucas pessoas percebem tudo isso: a sutileza é quase perfeita.

B) Existe poucas pessoas que percebem tudo isso, pois a sutileza é quase perfeita.

C) Poucas pessoas percebem tudo isto, pois a sutileza é quase perfeita.

D) Há poucas pessoas que percebem tudo isso, contudo a sutileza é quase perfeita.

E) A sutileza é quase perfeita, por isso poucas pessoas percebem tudo isso.

2. Segundo o texto, "frívolos significados culturais"

A) são parte do construto de superficialidades da moda.

B) alheiam-se ao sistema de moda.

C) referendam os valores humanos mais nobres.

D) são valores sublimes da humanidade.

E) são valores humanos transcendentes.

3. Considerando-se as regras da norma culta, a modificação do excerto "Tudo o que essas medíocres personalidades exteriorizam se sacraliza" apresenta incorreção em

A) Aquilo que essas medíocres personalidades exteriorizam se sacraliza.

B) Tudo aquilo que essas medíocres personalidades exteriorizam sacraliza-se.

C) Sacraliza-se tudo o que essas medíocres personalidades exteriorizam.

D) Todas as coisas que essas medíocres personalidades exteriorizam tornam-se sagradas.

E) Sacraliza-se as coisas que essas medíocres personalidades exteriorizam.

As questões de 4 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Sermão do bom ladrão (fragmento)

Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo Mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício; porém, ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres. [...]

O ladrão que furta para comer, não vai, nem leva ao inferno; os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões, de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento, distingue muito bem S. Basílio Magno. Não são só ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem; estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco; estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados; estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: Lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos. Ditosa Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas! Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão, por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador, por ter roubado uma província. E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes? De um, chamado Seronato, disse com discreta contraposição Sidônio Apolinar: Seronato está sempre ocupado em duas coisas: em castigar furtos, e em os fazer. Isto não era zelo de justiça, senão inveja. Queria tirar os ladrões do mundo, para roubar ele só.

(Pe. Antônio Vieira, "Sermão do bom ladrão", *apud* E. Gomes, *Trechos Escolhidos*, Rio de Janeiro: Agir, 1971, p. 81-2)

4. Em que opção o verbo apresenta regência idêntica ao do verbo grifado nesta passagem do texto?

[...] *a quem os reis <u>encomendam</u> os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades*.

A) Informamos os alunos do adiamento, na próxima semana, de algumas aulas.

B) Continuarão os turistas sua viagem ao Recife?

C) A quem se tinha referido o palestrante por meio de tão inusitada expressão?

D) O ator se deu o luxo de uma longa estada no balneário mais concorrido do Mediterrâneo.

E) Não lhe passaria pela cabeça semelhante estratagema nem semelhante jogo de palavras.

5. *Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo Mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício [...].*

Em termos do emprego ou não do acento indicativo da crase, assinale a opção incorreta.

A) Na primeira ocorrência, o **a** é apenas preposição, não se havendo contraído com o artigo definido, rejeitado pelo verbo no infinitivo, **conquistar**.

B) Não foi empregado o sinal indicativo de crase na segunda ocorrência grifada, porque **Índia,** nome de país, não aceita determinação pelo artigo definido.

C) A falta de acento grave no **a** após a forma verbal **conquistar** justifica-se pela regência desse verbo, que é transitivo direto na sentença.

D) A crase poderia ser supressa na terceira ocorrência grifada, sem alteração do sentido original da expressão.

E) Com a determinação do termo **Índia** por algum adjetivo, a crase após a forma verbal **conquistar** continuaria proibida.

6. Transpondo-se a frase abaixo para a voz passiva, as formas sublinhadas devem ser substituídas, na ordem dada, por

Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões.

A) era visto – foi visto – eram levados – ser enforcados.

B) via-se – viu-se – levavam-se – enforcarem-se.

C) era visto – foi visto – estavam sendo levados – ser enforcados.

D) viam-se – foram vistos – foram levados – foram ser enforcados.

E) tinham sido vistos – viram-se – estavam sendo levados – seriam enforcados.

7. Que função da linguagem predomina no texto?

A) Referencial

B) Conativa

C) Metalinguística

D) Poética

E) Fática

8. Quanto à significação vocabular, é incorreto afirmar:

A) **lerdo** (linha 6) é antônimo de **lento.**

B) são sinônimos **manha** (linha 22) e **astúcia**.

C) no contexto, **aguda** (linha 27) significa **penetrante**.

D) **bradar** (linha 30) é sinônimo de **vociferar.**

E) **ditosa** (linha 31) e **ilustre** são palavras sinônimas.

As questões de 9 a 13 referem-se ao texto seguinte.

Crônica tem esta vantagem: não obriga ao paletó-e-gravata do editorialista, forçado a definir uma posição correta diante dos grandes problemas; não exige de quem a faz o nervosismo saltitante do repórter, responsável pela apuração do fato na hora mesma em que ele acontece; dispensa a especialização suada em economia, finanças, política nacional e internacional, esporte, religião e o mais que imaginar se possa. Sei bem que existem o cronista político, o esportivo, o religioso, o econômico etc., mas a crônica de que estou falando é aquela que não precisa entender de nada ao falar de tudo. Não se exige do cronista geral a informação ou comentários precisos que cobramos dos outros. O que lhe pedimos é uma espécie de loucura mansa, que desenvolva determinado ponto de vista não ortodoxo e não trivial e desperte em nós a inclinação para o jogo da fantasia, o absurdo e a vadiação de espírito. Claro que ele deve ser um cara confiável, ainda na divagação. Não se compreende, ou não compreendo, cronista faccioso, que sirva a interesse pessoal ou de grupo, porque a crônica é território livre da imaginação, empenhada em circular entre os acontecimentos do dia, sem procurar influir neles. Fazer mais do que isso seria pretensão descabida de sua parte. Ele sabe que seu prazo de atuação é limitado: minutos no café da manhã ou à espera do coletivo.

(Carlos Drummond de Andrade, *Última crônica do poeta*. *Jornal do Brasil*, 29/09/1984).

9. Considerando-se o contexto, o excerto destacado entre aspas pode ser substituído pelo que está entre parênteses, sem causar danos ao sentido nem às regras da norma culta, em

A) “Sei bem que existem o cronista político, o esportivo” (Sei bem, que há o cronista político e o esportivo).

B) “mas a crônica de que estou falando é aquela que não precisa entender de nada” (todavia a crônica da qual estou falando é a que não precisa entender de nada).

C) “e desperte em nós a inclinação para o jogo da fantasia, o absurdo e a vadiação de espírito” (e desperte em nós a inclinação ao jogo da fantasia, ao absurdo e a vadiação do espírito).

D) “O que lhe pedimos é uma espécie de loucura mansa” (O que o pedimos é uma espécie de loucura mansa).

E) “Não se compreende, ou não compreendo” (Não compreende-se, ou não compreendo).

10. Por um olhar generalista, o texto de Drummond

A) reconhece o caráter formalista da crônica, que se elabora a partir de precisões e particularidades.

B) confere ao escritor da crônica a preocupação com informações criteriosas e estabelecidas num contexto essencialmente positivo.

C) apresenta um painel difuso das estratégias cronísticas, marcado pelo cerceamento das divagações e das fantasias como elementos constituintes da criação literária.

D) mostra a importância das interfaces políticas, econômicas e religiosas que se prestam à construção de sua crônica.

E) revela na crônica uma face divagante, constituída basicamente de uma visão sobre os fatos cuja perspectiva de análise se presta ao deleite dos leitores.

11. A reescrita do excerto “Ele sabe que seu prazo de atuação é limitado” não modifica a classificação sintática na opção

A) Ele sabe, mas seu prazo de atuação é limitado.

B) Ele sabe, ainda que seu prazo de atuação seja limitado.

C) Seu prazo de atuação é limitado, por isso ele sabe.

D) Ele sabe se seu prazo de atuação é limitado.

E) Ele sabe de seu prazo de atuação, que é limitado.

12. Diz o autor: “mas a crônica de que estou falando é aquela que não precisa entender de nada ao falar de tudo”. Certamente, esse formato de crônica, segundo afirmou o autor,

A) não pode dispensar o aporte teórico peculiar à economia, às finanças, à política, ao esporte etc.

B) é estranho às divagações, às fantasias, aos comentários imprecisos.

C) prescinde das considerações abalizadas, mas desenvolve conjecturas sobre os fatos cotidianos.

D) transcende a possibilidade de provocar no leitor uma inclinação ao jogo da fantasia, ao absurdo e à vadiação do espírito.

E) vincula-se aos fatos cotidianos como uma maneira de influir neles.

13. O excerto “que desenvolva determinado ponto de vista não ortodoxo e não trivial” quer dizer que

A) opine sobre acontecimentos relevantes e paradoxais.

B) tenha uma opinião flexível e excepcional.

C) seja capaz de falar de coisas inusitadas e inconsistentes.

D) desenvolva opiniões abalizadas e ordinárias.

E) diga determinadas coisas corretas e influenciáveis.

As questões 14 e 15 referem-se ao texto abaixo.

Na atual e nova sociedade oral, em que prevalecem as imagens e os sons, sobretudo da televisão, é também por meio do apelo à afetividade, à repetição, à memorização de músicas, jingles, gestos e enredos, envolvendo personagens ficcionais, que se pretende que as ideias, as informações, os valores, os comportamentos, as mensagens e os apelos (principalmente comerciais) sejam apreendidos.

É ainda na forma circular que se senta em torno da televisão (a fogueira), para ouvir as histórias e as notícias do dia. A especialidade próxima do locutor ou do narrador televisivo é agora virtual, mas também exige atenção e a presença do ouvinte. A proximidade simbólica dos *media* coloca no mesmo círculo os atores e os (tele)espectadores do ato comunicativo (KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância.* Campinas/SP: Papirus, 2003, p. 35).

14. Ao afirmar “É ainda na forma circular que se senta em torno da televisão (a fogueira), para ouvir as histórias e as notícias do dia”, a autora confirma

A) a obsolescência de um sistema social.

B) a continuação de um paradigma social.

C) a irrelevância da circularidade.

D) o ineditismo de um paradigma social.

E) a fissura que separa a televisão da fogueira.

15. A parte destacada do excerto “A especialidade próxima do locutor ou do narrador televisivo é agora virtual, mas também exige atenção e a presença do ouvinte” pode também ser reescrita da seguinte forma:

A) por isso necessita da atenção e da presença do ouvinte.

B) todavia a atenção e a presença do ouvinte são ações díspares.

C) porém não dispensa a atenção e a presença do ouvinte.

D) dessa forma se compraz com o afastamento do ouvinte.

E) mas se inibem a atenção e a presença do ouvinte.

As questões de 16 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Como entrou no Céu o primeiro advogado

Logo que Santo Ivo morreu, encaminhou-se ao Céu e bateu à porta, que São Pedro não se atreveu a abrir, subestimando as razões do bom santo.

– Faço o que quiseres – repetia o porteiro do Céu –, mas não acho que deva permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um tem assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraria que se encontram no inferno todos os de tua profissão.

Santo Ivo não se desconcertou; antes, como bom advogado, teve tão convincentes razões para rebater as de São Pedro que este lhe permitiu finalmente entrar no Céu, mas com a condição de permanecer junto à porta.

O hóspede entrou calmamente, sentou-se no lugar indicado por São Pedro, que foi participar a Nosso Senhor o sucedido...

– Fizeste mal! Muito mal, Pedro! – respondeu Deus, quando acabou de escutá-lo. – Havia resolvido que nenhum advogado entraria no Céu, e tinha cá minhas razões para isso. Mas já que está, deixa ficar; sem embargo, não deixes que ele se misture com os outros santos, pois do contrário acabarão no Céu a paz e a boa harmonia. Não o deixes passar além da porta.

Aborrecido e cabisbaixo, voltou São Pedro aonde estava Santo Ivo e comunicou-lhe as ordens dadas pelo Senhor. O Santo advogado encolheu os ombros e, à guisa de passatempo, começou a entabular conversa com São Pedro.

– Que posto ocupas aqui no Céu?

– Não sabes? Sou o porteiro.

– Por quanto tempo?...

– Para todo o sempre.

– Deixa disso. Só se tiveres algum contrato firmado...

– Não há contrato nem coisa que o valha, e para dizer a verdade não há necessidade disso.

– Como assim? Então não estás vendo, grande ingênuo, que qualquer dia Deus pode ter a ideia de te destituir, sem mais nem menos, do cargo que com zelo vens desempenhando há tanto tempo, sem que possas fazer valer teus direitos?

São Pedro coçou a orelha, e, mais amofinado que antes, foi novamente falar com Deus.

– Vamos lá, que é que pensas?

– Preciso de um contrato em que se declare que sou o porteiro do Céu para todo o sempre. Até hoje temos deixado as coisas andar à vontade; mas se vos der na ideia, qualquer dia me destituís do cargo que com tanto zelo...

– Não te dizia eu? Tudo isso são trapaças daquele advogadozinho que tens na porta e que soube encher-te a cabeça.

E ajuntou depois, tomando uma resolução:

– Anda, Pedro, corre e manda-o entrar imediatamente, pois prefiro tê-lo perto de mim a vê-lo junto à porta.

Eis como entrou no Céu o primeiro advogado.

(Barão de Itararé, *Máximas e mínimas do Barão de Itararé,* Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 178. org. de Afonso Félix de Souza)

16. Acerca da classificação, entre parênteses, da palavra **se**, está incorreta a opção

A) *Logo que Santo Ivo morreu, encaminhou-se ao Céu.* (pronome reflexivo objeto direto)

B) *e bateu à porta, que São Pedro não se atreveu a abrir.* (pronome integrante do verbo)

C) *juraria que se encontram no inferno todos os de tua profissão.* (pronome apassivador)

D) *mas se vos der na ideia, qualquer dia me destituís do cargo que com tanto zelo...* (conjunção condicional)

E) *Preciso de um contrato em que se declare que sou o porteiro do Céu para todo o sempre.* (pronome apassivador)

17. Acerca da tipologia, estrutura e organização do texto e dos parágrafos, assinale a opção correta.

A) Apesar de diálogos, presença de personagens e curto enredo, o texto não pode ser considerado predominantemente narrativo, em vista de indubitável intenção crítico-satírica do autor no tratamento de aspectos negativos da profissão de advogado.

B) Como instância e elemento indispensável da narrativa, o narrador – que, como é próprio desse tipo de texto, identifica-se com o autor – se vale das falas e pensamentos das personagens para fazer a crítica a duas instituições sociais: a Igreja e o Direito.

C) O emprego de travessões para indicar a fala das personagens pode dar lugar ao das aspas, sem outras alterações na pontuação.

D) O emprego de formas verbais no pretérito perfeito prejudica a eficácia narrativa, para a qual concorre melhor o emprego do presente, que atualiza, para o leitor, os fatos narrados, como se estes estivessem a desenrolar-se diante de seus olhos.

E) O último período do texto poderia tornar-se o parágrafo inicial, sem outras alterações nem transtornos para a progressão e o desfecho narrativos.

18. Quanto à significação, equivalem-se os sentidos das expressões igualadas na opção:

A) *convincentes* (3º §) = fundamentadas

B) *sem embargo* (5º §) = rapidamente

C) *à guisa de passatempo* (6º §) = em vez de distrair-se

D) *entabular conversa* (6º §) = encetar diálogo

E) *amofinado* (14º §) = confuso

19. *– Faço o que quiseres – repetia o porteiro do Céu –, mas não acho que deva permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um tem assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraria que se encontram no inferno todos os de tua profissão.*

Ao se modificar o período acima, independentemente de surgir novo sentido, ficará correta, no que respeita à concordância verbal e à nominal, a proposta apresentada na opção

A) – Faze o que quiseres – repetia o porteiro do Céu –, mas não acho que devais permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um tem assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraria que se encontram no inferno todos os de vossa profissão.

B) – Faremos o que quisermos – repetia o porteiro do Céu –, mas não achamos que se deva permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um de nós temos assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraria que nos encontramos no inferno todos os de nossa profissão.

C) – Façais o que quiserdes – repetia o porteiro e o zelador do Céu –, mas não achamos que deveis permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um deles têm assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraria que se encontram no inferno todos os de sua profissão.

D) – Fazei o que quiserdes – repetíeis vós, o porteiro e o zelador do Céu –, mas não achamos que vós devais permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um deles tem assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraríamos que se encontram no inferno todos os de sua profissão.

E) – Faze o que quiseres – repetiam o porteiro e zelador Céu –, mas não acho que tu devas permitir a entrada a um advogado, não só porque nem um tem assento entre os santos, mas também porque, muito ao contrário, juraria que se encontram no inferno todos os de sua profissão.

20. *Aborrecido e cabisbaixo, voltou São Pedro aonde estava Santo Ivo e comunicou-lhe as ordens dadas pelo Senhor.*

Dadas as proposições seguintes acerca dos termos destacados nessa passagem do texto,

I. O primeiro termo desempenha função de predicativo do sujeito.

II. O segundo termo, com função de adjunto adverbial de lugar, vem regido de preposição exigida pela forma verbal **voltou**.

III. O terceiro termo é verbo intransitivo, núcleo de um predicado verbal.

IV. O quarto termo desempenha função de objeto indireto.

V. O último termo grifado desempenha função de agente da passiva.

verifica-se que

A) todas estão corretas.

B) apenas a III está incorreta.

C) apenas I, II e IV estão corretas.

D) apenas II, IV e V estão corretas.

E) apenas I e V estão corretas.

Raciocínio Lógico

21. Sabe-se que P e Q são proposições, qual opção abaixo não se pode afirmar sobre a função valoração (*v*)? (Considerar V = Verdadeiro e F = Falso).

A) *v*(P <-> Q) = V se, e somente se, *v*(P) = *v*(Q) = V.

B) *v*(P -> Q) = V se, e somente se, *v*(P) = F ou *v*(Q) = V.

C) *v*(P v Q) = V se, e somente se, *v*(P) = V ou *v*(Q) = V.

D) *v*(P ^ Q) = V se, e somente se, *v*(P) = *v*(Q) = V.

E) *v*(~P) = V se, e somente se, *v*(P) = F.

22. Se Marcelo é rico, então Aldo é pobre. Se Marcelo é pobre, então Aldo é rico. Se Marcelo é rico, Euclides é pobre. Se Marcelo é pobre, então Euclides é rico. Se Aldo é pobre, então Euclides é rico. Nessas condições, Marcelo, Aldo e Euclides são, respectivamente,

A) rico, rico, rico.

B) pobre, rico, rico.

C) pobre, rico, pobre.

D) pobre, pobre, rico.

E) rico, rico, pobre.

23. Em uma escola existem 3 professores de Matemática e 5 professores de física. Quantas comissões de 5 pessoas podem ser formadas com esses professores, contendo, no mínimo, um professor de matemática?

A) 25

B) 35

C) 45

D) 55

E) 65

24. Se 10 de março de certo ano foi uma quinta-feira, então o dia 29 de agosto desse mesmo ano foi

A) uma segunda-feira.

B) uma terça-feira.

C) uma quarta-feira.

D) uma quinta-feira.

E) um domingo.

25. A negação de “Se *f* é um função par e *g* é uma função ímpar, então *f*+*g* é uma função impar” é:

A) se *f* é uma função ímpar e *g* é uma função par, então *f*+*g* é uma função par.

B) se *f* é uma função par e *g* é uma função ímpar, então *f*+*g* é uma função par.

C) se *f*+*g* é uma função par, então *f* é uma função ímpar ou *g* é uma função par.

D) *f* é uma função ímpar e *g* é uma função par e *f*+*g* é uma função par.

E) *f* é uma função par e *g* é uma função ímpar e *f*+*g* é uma função par.

26. Um argumento é determinado como tautológico quando

A) apresenta em sua tabela verdade apenas valores verdadeiros.

B) é composto apenas por sentenças abertas.

C) é composto apenas por sentenças fechadas.

D) é um argumento formado por, no mínimo, três premissas e uma conclusão.

E) a sua conclusão é válida.

27. João viajou em suas férias ao litoral alagoano. Durante a sua estada na cidade de Maragogi, houve 3 manhãs e 6 tardes que não choveu. Ainda choveu 5 vezes, mas nunca durante a manhã e à tarde em um mesmo dia. Logo, João permaneceu em Maragogi por

A) 9 dias.

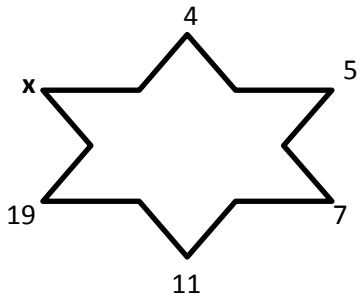
B) 6 dias.

C) 14 dias.

D) 7 dias.

E) 5 dias.

28. Dada a sucessão de valores da figura abaixo,



qual opção corresponde ao valor **x** na ponta da estrela?

A) 3

B) 24

C) 14

D) 57

E) 35

29. Dada as seguintes proposições,

I. ~(P <-> (P -> Q)) v (R -> Q)

II. (~P -> ~Q) <-> ((P v R) ^ Q)

III. (P ^ Q -> R) -> (~P -> Q)

e admitindo que os valores lógicos das proposições P, Q e R são, respectivamente, **F**, **F**, **V** (V, se verdadeiro; F, se falso), quais os valores lógicos das proposições I, II e III, respectivamente?

A) V V V.

B) V F F.

C) F V F.

D) V F V.

E) F F F.

30. Dados os seguintes enunciados,

I. João ama Maria e Joana.

II. Alguns universitários não são cientistas.

III. Se chover, então molha a rua.

IV. O cego tem um chapéu vermelho ou o cego tem um chapéu branco.

é correto afirmar que

A) apenas I e IV são proposições categóricas.

B) apenas II é uma proposição categórica.

C) I, II, III e IV são proposições categóricas.

D) apenas III é uma proposição categórica.

E) apenas IV é uma proposição categórica.

31. Uma empresa possui três tipos diferentes de linhas de móveis: Tabaco, Vienna e Cerezo. A Tabela 1 abaixo descreve o número de mesas e cadeiras que acompanham cada uma das linhas, e a Tabela 2 descreve a produção obtida pela empresa nos meses de novembro e dezembro.

Tabela 1

Componentes	Linhas de Móveis		
	Tabaco	Vienna	Cerezo
Mesas	4	2	3
Cadeiras	10	8	6

Tabela 2

Modelo	Linhas de Móveis	
	Novembro	Dezembro
Tabaco	150	60
Vienna	200	140
Cerezo	100	40

A quantidade de mesas e cadeiras produzida pela empresa durante os 2 meses foi, respectivamente,

A) 1940 e 5660.

B) 1940 e 3200.

C) 1300 e 3700.

D) 640 e 1960.

E) 1300 e 1960.

32. Em relação aos conjuntos de números reais A e B, tal que $A =]-3,9[= \{x \epsilon R: -3 < x < 9\}$ e $B = [3,+\infty[= \{x \epsilon R: x \geq 3\}$, (R é o conjunto dos números reais), dadas as afirmações abaixo,

I. $A \cap B = [3 , 9]$.

II. $\{-2,-1\} \subset A$

III. $A \cup B = \{ x \epsilon R: -3 < x < +\infty\}$.

é correto afirmar que

A) apenas I é verdadeira.

B) apenas II é falsa.

C) apenas I e II são falsas.

D) apenas III é falsa.

E) I, II e III são falsas.

33. Considere as seguintes frases.

I. Ela foi a melhor atriz do mundo em 2012.

II. **x+y** é um número racional.

III. Marcos Pereira foi o secretário de Educação do estado de Alagoas em 2011.

Assinale a única opção verdadeira

A) I e II são sentenças abertas.

B) I e III são sentenças abertas.

C) II e III são sentenças abertas.

D) Apenas a sentença I é aberta.

E) Apenas a sentença II é aberta.

34. As sentenças abaixo são verdadeiras

I. Se vou à Maceió de ônibus, o carro quebra.

II. Se o ônibus para Maceió quebra, fico nervoso.

Então, também é verdade que:

A) se o ônibus para Maceió não quebra, não estou indo a Maceió.

B) se não vou a Maceió de ônibus, fico nervoso.

C) se o ônibus para Maceió não quebra, não fico nervoso.

D) o ônibus para Maceió não quebra e não fico nervoso.

E) vou a Maceió de ônibus e não fico nervoso.

35. Considere as seguintes premissas.

I. Os cavalos são velozes.

II. Animais velozes são desprezados.

III. Quem sabe comer um peixe não é desprezado.

Assinale a única opção que não é uma consequência lógica das premissas apresentadas.

A) Cavalos não sabem comer peixes.

B) Animais desprezados são velozes.

C) Animais desprezados não sabem comer peixes.

D) Animais velozes não sabem comer peixes.

E) Cavalos são desprezados.

Fundamentos da Administração Pública

36. O governo brasileiro, mediante utilização de instrumentos de tecnologia da informação, tem investido no fortalecimento e aperfeiçoamento do governo eletrônico e dos sistemas estruturadores. Qual das opções abaixo corresponde aos objetivos do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPLAN)?

A) Centralizar o processamento da execução orçamentária, com o envolvimento das unidades executoras e setoriais, sob a supervisão do Tesouro Nacional e resultando na integração dos procedimentos concernentes à programação financeira, à contabilidade e à administração orçamentária.

B) Controlar e acompanhar os gastos realizados com pessoal, abrangendo o planejamento, a organização a supervisão e o controle da realização do pagamento de pessoal civil dos órgãos federais que recebam transferências de recursos à conta do Tesouro Nacional, bem como dos inativos e pensionistas.

C) Organizar e integrar a rede de gerenciamento do Plano Plurianual (PPA), com o propósito de apoiar a execução dos programas, refletindo as características do modelo de gerenciamento: a orientação por resultados, a desburocratização, o uso compartilhado de informações, o enfoque prospectivo e a transparência para sociedade, sendo utilizados pelos Órgãos Setoriais, Presidência da República, Casa Civil, Ministérios e outras Entidades.

D) Dotar o processo orçamentário do governo federal de uma estrutura de processamento de dados conforme as modernas ferramentas da tecnologia de informação, de processos informatizados e estruturas de dados para dar suporte às atividades do Sistema Orçamentário Federal.

E) Atender às áreas-meio dos ministérios, empregando ferramentas para controlar contratos, licitações, fornecedores etc.

37. O novo princípio de gestão, proposto na reforma da gestão pública de 1995-98, é o de substituir parcialmente os seguintes controles burocráticos clássicos:

I. O controle por resultados.

II. Supervisão.

III. Regulamentação detalhada.

IV. Auditoria.

V. O controle social por organizações da sociedade civil e pela mídia.

Estão corretos os itens

A) I e III, apenas.

B) I, III, IV e V.

C) I, II e V, apenas.

D) III, IV e V, apenas.

E) II, III e IV, apenas.

38. Indique o modelo de administração pública que era informado pelo clientelismo e pelo nepotismo.

A) Patrimonialista

B) Gerencial

C) Inovador

D) Burocrático

E) *Accountability*

39. Assinale o princípio do direito administrativo que seria violado no caso de o Prefeito pintar os prédios da Prefeitura com as cores utilizadas por ele no período da campanha eleitoral.

A) Igualdade

B) Universalidade

C) Continuidade

D) Impessoalidade

E) Eficiência

40. Viola dever do servidor público previsto na Lei nº 4.973/00, Estatuto dos Servidores Municipais:

A) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

B) ser assíduo e pontual ao serviço.

C) tratar com urbanidade as pessoas.

D) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

E) comentar com os amigos assunto inerente à repartição.

41. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente. Para tanto, deverão ser observadas as seguintes regras:

A) avaliação dos bens alienáveis; comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.

B) comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; apresentação do plano de trabalho; e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade pregão ou consulta.

C) avaliação dos bens alienáveis; comprovação de interesse público na alienação; e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de consulta ou leilão.

D) avaliação dos bens alienáveis; apresentação do plano de trabalho; e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade pregão ou leilão.

E) comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; demonstração da vinculação ao edital; e adoção do procedimento licitatório pregão em todos os casos.

42. Na forma da Lei Orgânica do Município de Maceió, o Prefeito Municipal, no exercício de suas atribuições, será assessorado por órgãos colegiados, além de outros que venha a lei instituir, exceto:

A) Conselho Municipal de Educação.

B) Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente.

C) Conselho Municipal de Transportes Coletivos.

D) Conselho Municipal de Habitação.

E) Conselho Municipal de Vigilância Sanitária.

43. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato administrativo e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que dentro das hipóteses listadas na Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/93, que deverão ser devidamente autuadas em processo, com exceção:

A) do desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo, assim como as de seus superiores.

B) da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.

C) do aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei de Licitações e Contratos.

D) do impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

E) da omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

44. Não compete ao Município de Maceió, na forma da sua Lei Orgânica:

A) promover, com a permanente e efetiva participação da comunidade e a colaboração da União Federal e do Estado de Alagoas, a sedimentação e o desenvolvimento de uma sociedade livre, justa e solidária, fundada na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo partidário.

B) dispor sobre os assuntos de interesse regional e complementar, no que couber, a legislação federal e estadual.

C) assegurar adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e o controle do uso, do fracionamento, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

D) garantir o cumprimento da função social dos espaços urbanos, promovendo meios, visando a reduzir e a extinguir as áreas em condições de não utilização, subutilização ou utilização inadequada, inclusive mediante a instituição de impostos progressivos e programas de parcelamento ou edificações compulsórios.

E) conceber, desenvolver, implantar e executar programas permanentes e preventivos contra calamidades públicas.

45. A modalidade de licitação convite é caracterizada por qual das opções abaixo?

A) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

B) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

C) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

D) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

E) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

46. Não é hipótese de licitação dispensável:

A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, modificadas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

C) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

D) para obras de engenharia de valor até R$ 30.000,00, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou ainda para obras da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, contratadas por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.

E) na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

47. Assinale a opção incorreta no que se refere aos tipos e formas de controle da administração pública.

A) Quanto ao órgão que o exerce, o controle pode ser administrativo, legislativo e judicial.

B) Quanto ao momento em que se efetua, o controle pode ser prévio, concomitante ou posterior.

C) O controle concomitante acompanha a atuação administrativa no momento em que ela se verifica. Ele busca rever os atos já praticados, para corrigi-los, desfazê-los ou apenas confirmá-los.

D) O controle interno é aquele executado por cada um dos poderes sobre seus próprios atos e agentes.

E) O controle externo é exercido pelo legislativo de cada ente federado com o auxílio dos Tribunais de contas.

48. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) tinha como proposta explícita inaugurar a chamada "administração gerencial" e indicou alguns pilares para o projeto de reforma do Estado. Qual das opções abaixo não estava contemplada no PDRAE?

A) O redesenho de estruturas menos descentralizadas.

B) Reformas econômicas orientadas para o mercado que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantissem a concorrência interna e criassem condições para o enfrentamento da competição internacional.

C) Ajustamento fiscal duradouro.

D) A reforma da previdência social.

E) A inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais.

49. São previstas as seguintes formas de provimento de cargos públicos no Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió – Lei n.º 4.973/00: a nomeação; a readaptação; a reintegração; a reversão; e o aproveitamento. Qual das opções abaixo corresponde a forma de provimento aproveitamento?

A) É a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica realizada por Junta Médica Oficial.

B) É o retorno à atividade, a pedido ou de ofício do servidor aposentado por invalidez, quando, por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

C) É o ato formal por meio do qual o poder público atribui um determinado cargo a uma pessoa estranha a seus quadros.

D) É a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

E) É o reingresso no serviço público do servidor estável posto em disponibilidade, em outro cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o cargo anteriormente ocupado.

50. Assinale a opção incorreta no que concerne à regulamentação do vencimento e da remuneração dos servidores públicos municipais, na forma regulada pela Lei nº 4.973/2000, Estatuto dos Servidores Municipais:

A) o servidor perderá a remuneração dos dias em que faltar ao serviço.

B) poderão ser abonadas até 2 (duas) faltas do servidor durante o mês, a critério do chefe imediato.

C) o servidor perderá a remuneração dos dias na hipótese de suspensão.

D) no caso de faltas sucessivas do servidor, os dias sem expediente intercalados entre estas não serão computados para efeito de desconto.

E) as reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não superiores à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Conhecimentos Específicos

51. O segurado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió (RPPS) exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça concomitantemente o mandato

A) filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo mandato eletivo.

B) tem que se desvincular de qualquer regime previdenciário para exercer a vereança com imparcialidade.

C) tem que se desvincular de qualquer regime previdenciário público para exercer a vereança com imparcialidade.

D) filia-se apenas ao RPPS, pelo cargo efetivo.

E) filia-se apenas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo mandato eletivo.

52. O servidor ocupante de cargo efetivo, vinculado a Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió, investido em cargo em comissão que optar, exclusivamente, pela percepção da remuneração fixada para este cargo, terá como base de contribuição previdenciária

A) sempre o valor da maior remuneração, quer seja a do cargo em comissão ou a do cargo efetivo.

B) o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo efetivo.

C) o valor da gratificação de função correspondente ao respectivo cargo em comissão.

D) o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo em comissão.

E) o valor do somatório das remunerações de ambos os cargos, mesmo que somente receba uma delas.

53. Assinale a opção incorreta no que se refere aos Serviços Públicos.

A) O princípio da igualdade dos usuários perante o serviço público pressupõe que aquele que satisfaça às condições legais fará jus à prestação do serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.

B) O serviço público prestado de maneira adequada é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

C) A titularidade do serviço público é transferida à iniciativa privada por meio de contrato.

D) O princípio da continuidade dos serviços públicos impõe que esses serviços funcionem de maneira contínua e ininterrupta, ou que esteja à disposição para funcionar quando acionado.

E) O princípio relacionado à prestação dos serviços públicos concernente à mutabilidade do regime jurídico ou da flexibilidade dos meios aos fins autoriza mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo.

54. Considera-se base de cálculo das contribuições/remuneração de contribuição, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado, excluídas:

I. as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

II. a indenização de transporte;

III. a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

IV. as diárias para viagens.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

A) II, III e IV, apenas.

B) II e III, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II, III e IV.

E) I, apenas.

55. No Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió, a gratificação natalina (13º salário)

A) será considerada, para fins contributivos, apenas se exceder R$ 3.916,20 (teto do salário-de-contribuição no Regime Geral de Previdência Social).

B) será considerada, para fins contributivos, apenas se exceder R$ 622,00 (piso do salário-de-contribuição no Regime Geral de Previdência Social).

C) será considerada, para fins contributivos especiais, conjuntamente com a remuneração de contribuição relativa ao mês de dezembro do ano em que for paga.

D) não será considerada para fins contributivos.

E) será considerada, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for paga.

56. Assinale, dentro da classificação dos atos administrativos, a opção que corresponde ao seguinte conceito exarado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma entidade ou de entidades públicas distintas, que se unem em uma só vontade para formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins (In: *Direito Administrativo*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 229).

A) Trata-se do conceito de ato simples.

B) Trata-se do conceito de ato superior.

C) Trata-se do conceito de ato inferior.

D) Trata-se do conceito de ato composto.

E) Trata-se do conceito de ato complexo.

57. Assinale a opção incorreta no que concerne às autarquias.

A) Não estão sujeitas à falência.

B) Estão sujeitas ao controle finalístico ou de legalidade pela Administração direta.

C) Têm a sua instituição autorizada por lei.

D) São pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviço público.

E) São dotadas de autonomia administrativa e financeira.

58. Conforme a Lei nº 4.973/2000, Estatuto dos Servidores Municipais, alguns afastamentos são considerados como efetivo exercício, exceto em virtude de.

A) participação em programa de treinamento regularmente instituído.

B) júri.

C) tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, por até 180 (cento e oitenta) dias.

D) férias.

E) exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

59. Assinale a opção que, em termos doutrinários majoritários, não representa forma de terceirização lícita passível de ser contratada pela Administração Pública, ou seja, na qual não existe pessoalidade e subordinação dos tercerizados em relação a esta e que não se relacione a sua atividade-fim.

A) Serviços de transporte de correspondência entre órgãos municipais.

B) Serviços de telecomunicação.

C) Serviço de agente administrativo na Prefeitura de Maceió.

D) Serviços de conservação e limpeza de prédios públicos municipais.

E) Serviços de segurança e vigilância da sede da Prefeitura de Maceió.

60. Qual das opções abaixo encerra a disposição constitucional brasileira mais antiga sobre o tema “Origem e evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil”?

A) “A aposentadoria somente poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação.”

B) “A legislação do trabalho e da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores: [...] previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte [...]”.

C) “Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total.”

D) “A Constituição também garante os socorros públicos.”

E) “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

61. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/92, os atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário ensejam as seguintes penas:

A) ressarcimento integral do dano, se houver; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos; pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

B) ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano, quando houver; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

D) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano, quando houver; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

E) ressarcimento integral do dano; perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância; perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

62. Assinale a opção correta.

A) A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

B) As contribuições sociais do empregador, da pessoa jurídica empresária e da entidade a ela equiparada, na forma da lei, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

C) Segundo o princípio da gestão democrática, a seguridade social deve ter caráter descentralizado na sua administração, mediante gestão paritária, com participação em igual número dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados, dos pensionistas e do Governo nos órgãos colegiados.

D) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União**.**

E) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; no entanto, a gestão dos recursos será centralizada no Ministério da Previdência Social.

63. A Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988,

A) assegura, por meio do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, salário-família para os dependentes dos segurados de baixa renda e auxílio-reclusão para os presos em regime fechado, nos termos da lei.

B) assegura previdência social, organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória para todos os brasileiros, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e que, nos termos da lei, atenderá a proteção à maternidade, especialmente à gestante, à infância e à adolescência, nos termos da lei.

C) assegura, por meio do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, nos termos da lei.

D) assegura, por meio do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, a proteção dos beneficiários da Previdência e de qualquer cidadão maior de sessenta anos com a cobertura dos eventos de acidente, doença, desemprego, invalidez, morte e pobreza, nos termos da lei.

E) assegura, por meio do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, proteção integral ao trabalhador em situação de desemprego voluntário, nos termos da lei.

64. É assegurada aposentadoria por tempo de contribuição no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

A) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, e, cumulativamente, sessenta anos de idade para ambos os sexos.

B) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, reduzidos em cinco anos o tempo de contribuição necessário para o professor ou professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

C) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, e, cumulativamente, sessenta e cinco anos de idade para ambos os sexos.

D) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, e, cumulativamente, sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o pequeno produtor rural, o latifundiário e o pescador artesanal.

E) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, e, cumulativamente, sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o pequeno produtor rural, o latifundiário e o pescador artesanal.

65. A partir da entrada em vigor da Emenda 20 à atual Constituição da República

A) os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, sempre poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão nos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

B) os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão, ressalvados os casos de direito adquirido, exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão nos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

C) foi banida, ressalvados os casos de direito adquirido, a aposentadoria voluntária especial nos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

D) foi banida, ressalvados os casos de direito adquirido, a aposentadoria voluntária por idade nos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

E) foi banida, ressalvados os casos de direito adquirido, a pensão por morte para o filho maior de dezoito anos, ainda que inválido para o trabalho ou estudante em curso superior, nos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.

66. Assinale a opção correta sobre o direito adquirido nos regimes próprios de previdência social.

A) É assegurada a concessão, até 31 de dezembro de 2013 apenas, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda 41 à atual Constituição da República, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

B) É assegurada a concessão, até 31 de dezembro de 2012 apenas, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda 41 à atual Constituição da República, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

C) É assegurada a concessão, até 31 de dezembro de 2023 apenas, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda 41 à atual Constituição da República, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

D) É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda 41 à atual Constituição da República, ocorrida em 31 de dezembro de 2003, tenham ingressado no serviço público, mesmo que não tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

E) É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda 41 à atual Constituição da República, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

67. Carlos, brasileiro, maior de dezoito anos e plenamente imputável, valendo-se da qualidade de estagiário de ente previdenciário estatal, modificou o sistema de informações deste sem autorização ou solicitação da autoridade competente, causando pequeno dano para a Administração Pública. Considerada essa situação hipotética, Carlos

A) cometeu, em tese, o crime de modificação não autorizada de sistema de informações.

B) cometeu, em tese, o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.

C) cometeu, em tese, o crime de estelionato.

D) não cometeu crime porque é estagiário e não pode ser considerado funcionário público para efeitos penais.

E) não cometeu crime porque sua conduta resultou em dano de pequena monta para a Administração Pública.

68. Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observado o seguinte critério:

A) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes e para o financiamento direto de imóveis populares para os servidores públicos e os militares que vivem em área de risco.

B) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes e para o financiamento das despesas com a saúde dos servidores públicos e dos militares, inclusive a compra de medicamentos para os hospitais dos servidores e os hospitais militares.

C) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas indicadas na lei que institui as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais.

D) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes e para o financiamento direto de imóveis populares para os servidores públicos e os militares de baixa renda.

E) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes e para a concessão de empréstimos aos servidores públicos e os militares de baixa renda.

69. O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário,

A) será vinculado ao regime de destino, desde que este seja um regime próprio de previdência social.

B) permanecerá vinculado ao regime de origem.

C) permanecerá vinculado ao regime de origem, mas terá que verter contribuições previdenciárias para o RGPS na qualidade de servidor ou militar cedido.

D) será sempre vinculado ao regime de destino.

E) será vinculado ao regime de destino, desde que este seja o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

70. Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte no regime próprio de previdência social, que será igual

A) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

B) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de noventa por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

C) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de cinquenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

D) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de oitenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

E) ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de sessenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.